

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.038 - RO (2019/0120367-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : MISONALDO RAMOS GOMES (PRESO)**  
**RECORRENTE : CAIO DA SILVA SARRAF**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**DECISÃO**

**MISONALDO RAMOS GOMES e CAIO DA SILVA SARRAF** alegam sofrer constrangimento ilegal em seu direito a locomoção, em face de acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia** no HC n. 0000488-05.2019.8.22.0000.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifico que, em 14/5/2019, (após a interposição deste recurso), sobreveio a **prolação de sentença condenatória** em desfavor dos pacientes nos autos da Ação Penal n. 00016531220188220004, por meio da qual o Juízo singular empreendeu nova avaliação sobre os fundamentos suscitados para a imposição da segregação cautelar (art. 387, § 1º do CPP).

Assim, evidencia-se a **prejudicialidade** deste feito, em que se pretende a revogação da prisão preventiva dos recorrentes.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **julgo prejudicado este recurso ordinário**, pela perda superveniente de seu objeto.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**